



229

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento nº 184593-2 – Comarca de Recife

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravadas: Paula de Cavalcanti Pavani e outra

5527

EMENTA: ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO PÚBLICO. PERCENTUAL MÍNIMO DE ACERTOS EXIGIDO NO EDITAL IMPOSSÍVEL DE SER ATINGIDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS COMPOSTAS POR UM NÚMERO ÍMPAR DE QUESTÕES. PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DOS LITISCONSORTES NECESSÁRIOS REJEITADA DE FORMA INDISCREPANTE. RECURSO IMPROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS. 1. Prefacial de existência de litisconsórcio necessário afastada à unanimidade de votos, haja vista o fato da segurança originalmente discutida não possuir o condão de atacar direito subjetivo dos demais candidatos do concurso, inexistindo, portanto, comunhão de interesses entre estes e as agravadas. 2. As candidatas agravadas restaram eliminadas do certame sob o argumento de que não teriam obtido o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos na disciplina "Raciocínio Lógico" das suas provas objetivas, uma vez que acertaram apenas 7 (sete) das 15 (quinze) questões que compunham a referida matéria. 2. No caso, não obstante o fato do Edital ser a lei interna do certame e sua estrita observância garantir a objetividade da atuação administrativa, observou-se que o percentual de rendimento mínimo previsto no edital não tinha possibilidade material de ser atingido em relação à disciplina em questão, porquanto, como visto, a mesma continha o número ímpar de 15 (quinze) questões formuladas e, desta forma, somente poderia corresponder ao percentual de 50% (cinquenta por cento) exigido para aprovação o número também ímpar 7,5 (sete e meio), matematicamente impossível de ser alcançado, vez que a prova realizou-se no sistema de múltipla escolha e cada questão valia 1 (um) ponto. 3. Assim sendo, à luz do



930

**Poder Judiciário****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO****Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães****OITAVA CÂMARA CÍVEL**

princípio da isonomia, as candidatas agravadas foram consideradas classificadas no certame em virtude do seu número de acertos ter sido o que mais se aproximava do percentual mínimo exigido naquela matéria. 4. Por maioria de votos, negou-se provimento ao Agravo de Instrumento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de instrumento nº 184593-2, em sessão realizada no dia 04 de fevereiro de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de necessidade de formação de litisconsórcio, e, no mérito, em negar-lhe provimento por maioria de votos, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.**Recife, 08 de fevereiro de 2010****Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator**

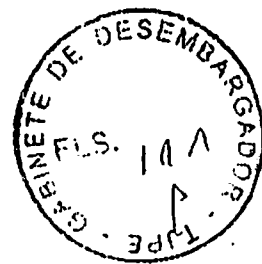


Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



Agravo de Instrumento nº 184593-2 – Comarca de Recife

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravadas: Paula de Cavalcanti Pavani e outra

RELATÓRIO

Adoto como relatório o da decisão interlocutória de fls. 85/87, acrescentando apenas que fora indeferido o desiderato de efeito suspensivo requerido, restando mantida em todos os seus termos a decisão de primeiro grau que determinou ao Estado agravante que reconhecesse a classificação das agravadas para que as mesmas pudessem participar da 2ª fase do concurso público para provimento do cargo de Analista em Gestão Administrativa, da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

Contrariedade às fls. 94/101, onde se pugna pela manutenção do *decisum* vergastado.

A douta Procuradoria de Justiça ofertou parecer às fls. 106/108, opinando pelo provimento do recurso.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 19 de janeiro de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



232

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento nº 184593-2 – Comarca de Recife
Agravante: Estado de Pernambuco
Agravadas: Paula de Cavalcanti Pavani e outra

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Cuida-se de Agravo de instrumento pugnando pela suspensividade da decisão interlocutória proferida nos autos da Ação Ordinária nº 001.2009.1032247-0, que deferiu o pleito antecipatório de tutela, no sentido de determinar que a Edilidade agravante reconheça a classificação das agravadas para que as mesmas possam participar da 2ª fase do concurso público para provimento dos cargos de nível superior de Analista em Gestão Administrativa, da Secretaria de Administração, Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria de Planejamento e Gestão e Analista de Controle Interno, da Secretaria Especial da Controladoria Geral do Estado, na classe única e referencia 1 das carreiras criadas pelas Leis Complementares Estaduais nº 117, 118 e 119, de 26 de junho de 2008.

Em suas razões, de fls. 02/13, alega o ora agravante, preliminarmente, a necessidade de citação de litisconsortes passivos necessários, e, no mérito, que a eliminação das agravadas deu-se em estrito cumprimento ao edital do certame, que, por sua vez, não possui qualquer vício de legalidade, o que inviabiliza a interferência do Poder Judiciário na questão, sob pena de afronta ao art. 2º da CF/88.

Feito o sucinto relato e observando, em juízo de admissibilidade, que o presente agravo de instrumento atende às disposições contidas nos arts. 522 e 525 do CPC, passo a decidir quanto ao pleito de efeito suspensivo, deixando a apreciação da preliminar suscitada para momento posterior, quando formalizado o contraditório e colhido o parecer ministerial.



233

Na hipótese em apreço, entendo, ao menos neste juízo de cognição sumária, que não merece albergue a postulação do agravante, vez que não se encontram presentes os requisitos necessários à concessão do efeito excepcional requestado, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, senão vejamos.

É certo que, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se obrigatória a aprovação prévia em concurso público para o provimento de quaisquer cargos ou empregos na Administração (Direta e Indireta), a qual, segundo os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, "(...) *é livre para estabelecer as bases do concurso e os critérios de julgamento, desde que o faça com igualdade para todos os candidatos, tendo, ainda, o poder de a todo tempo, alterar as condições e requisitos de admissão dos concorrentes, para melhor entendimento do interesse público*"¹.

Nessa mesma linha, ressaltando que o edital é a lei interna do certame e que sua estrita observância garante a objetividade da atuação administrativa, merece destaque a disposição editalícia contida no subitem 9.3, que assim dispõe:

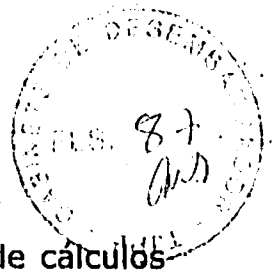
9.3. Será eliminado do concurso o candidato que não obtiver pelo menos 50% (cinquenta por cento) de acertos em cada disciplina da prova objetiva ou 50% (cinquenta por cento) em cada questão da prova discursiva.

Na caso, de acordo com os documentos de fls. 62/63 dos autos, verifica-se que as agravadas restaram eliminadas sob o argumento de que não teriam obtido o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos na disciplina "Raciocínio Lógico" da prova objetiva, uma vez que acertaram apenas 7 (sete) das 15 (quinze) questões que compunham a referida matéria.

Com efeito, é de se observar que o percentual de rendimento mínimo previsto no edital não tinha possibilidade material de ser atingido em relação à disciplina em questão, porquanto, como visto, a mesma continha o número ímpar de 15 (quinze) questões formuladas e, desta forma, somente poderia corresponder ao percentual de 50% (cinquenta por cento) exigido para aprovação o número também ímpar 7,5 (sete e meio), matematicamente impossível de ser alcançado, vez que a prova realizou-se no sistema de múltipla escolha e cada questão valia 1 (um) ponto.

Ademais, como bem demonstrado pelo magistrado de primeiro grau, o instrumento convocatório do certame, no item 12.1.8, expressa que "*todos os cálculos citados neste edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se o número para cima, se o algarismo na terceira casa decimal for igual ou superior a cinco*", não

¹ Meirelles, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro, 17ª edição, p. 376.



havendo, portanto, previsão editalícia para arredondamento de cálculos no caso de segunda casa decimal como ocorreu no caso em questão.

Assim sendo, ao menos nesta seara de apreciação perfunctória, reconheço a ilegalidade na reprovação das agravadas, posto que, diante do número ímpar de questões na prova em discussão, mostra-se impossível atingir o rendimento mínimo especificado no regulamento do certame, logo, em observância ao princípio da isonomia, entendo acertada a interpretação que considera aprovado no certame o candidato que respondeu corretamente 7 (sete) questões da prova de Raciocínio Lógico, visto que o mencionado número é o que mais se aproxima do percentual mínimo exigido naquela matéria.

Corroborando o entendimento ora adotado, o excerto do STJ com ementa adiante transcrita, vejamos:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AUDITOR FISCAL DO TESOUREIRO NACIONAL. CURSO DE FORMAÇÃO. PROVA OBJETIVA. PERCENTUAL MÍNIMO EXIGIDO NO REGULAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Conforme precedente desta Corte, é ilegal a reprovação de candidato que não obtém percentual mínimo de aprovação previsto no regulamento do certame, em razão do número de questões formuladas. 2. Recurso conhecido e provido (REsp 488004 / PI, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, T6 - SEXTA TURMA, DJ 22/03/2005).

Ante o exposto, ao menos neste juízo de cognição sumária, não vislumbro a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos legais elencados no art. 558, do CPC, razão pela qual indefiro o pedido de efeito excepcional requerido, mantendo-se a decisão vergastada em todos os seus termos.

Intime-se a parte agravada para, querendo, responder ao presente recurso no prazo legal, em seguida, colha-se o parecer do Ministério Público.

P e I.

Recife, 07 de abril de 2009

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

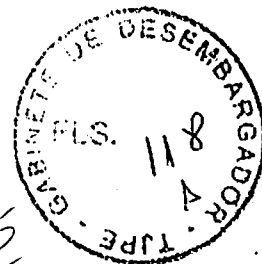


Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



Agravo de Instrumento nº 184593-2 – Comarca de Recife

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravadas: Paula de Cavalcanti Pavani e outra

**VOTO DA PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DE
LITISCONSORTES NECESSÁRIOS**

É de se rejeitar a alegação de existência de litisconsórcio necessário, porquanto o provimento liminar discutido não possui o condão de atacar direito subjetivo dos demais candidatos do concurso, inexistindo, portanto, comunhão de interesses entre estes e as ora agravadas.

Em outras palavras, tendo em vista que o certame em apreço não se daria por encerrado após a etapa dos exames objetivos ante a previsão editalícia de outras etapas subsequentes de caráter eliminatório e classificatório e que, desta forma, seria impossível saber a posição final dos candidatos na ordem de classificação, observo que uma decisão favorável às recorridas nesta lide não seria capaz de trazer qualquer prejuízo aos demais participantes do certame, razão pela qual voto pela rejeição da preliminar suscitada.

É como voto.

Recife, 04 de 02 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



236

Agravo de Instrumento nº 184593-2 – Comarca de Recife

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravadas: Paula de Cavalcanti Pavani e outra

VOTO

É certo que, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se obrigatória a aprovação prévia em concurso público para o provimento de quaisquer cargos ou empregos na Administração (Direta e Indireta), a qual, segundo os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, "(...) é livre para estabelecer as bases do concurso e os critérios de julgamento, desde que o faça com igualdade para todos os candidatos, tendo, ainda, o poder de a todo tempo, alterar as condições e requisitos de admissão dos concorrentes, para melhor entendimento do interesse público"¹.

Nessa mesma linha, ressaltando que o edital é a lei interna do certame e que sua estrita observância garante a objetividade da atuação administrativa, merece destaque a disposição editalícia contida no subitem 9.3, que assim dispõe:

9.3. Será eliminado do concurso o candidato que não obtiver pelo menos 50% (cinquenta por cento) de acertos em cada disciplina da prova objetiva ou 50% (cinquenta por cento) em cada questão da prova discursiva.

No caso, de acordo com o documento de fl. 62/63, verifica-se que as agravadas restaram eliminadas do certame sob o argumento de que não teriam obtido o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos na disciplina "Raciocínio Lógico" da prova objetiva, uma vez que acertaram apenas 7 (sete) das 15 (quinze) questões que compunham a referida matéria.

Com efeito, é de se observar que o percentual de rendimento mínimo previsto no edital não tinha possibilidade material de ser atingido em relação à disciplina em questão, porquanto, como visto, a mesma continha o número ímpar de 15 (quinze) questões formuladas e, desta forma, somente poderia corresponder ao percentual de 50% (cinquenta por cento) exigido para aprovação o

¹ Meirelles, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro, 17ª edição, p. 376.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



número também ímpar 7,5 (sete e meio), matematicamente impossível de ser alcançado, vez que a prova realizou-se no sistema de múltipla escolha e cada questão valia 1 (um) ponto.

Ademais, destaque-se que o instrumento convocatório do certame, no subitem 12.1.8, expressa que *"todos os cálculos citados neste edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se o numero para cima, se o algarismo na terceira casa decimal for igual ou superior a cinco"*, não havendo, portanto, previsão editalícia para arredondamento de cálculos no caso de segunda casa decimal como ocorreu no caso em questão.

Assim sendo, reconheço a ilegalidade na reprovação das recorridas, posto que, diante do número ímpar de questões na prova em discussão, mostra-se impossível atingir o rendimento mínimo especificado no regulamento do certame, logo, em observância ao princípio da isonomia, entendo acertada a interpretação que considera aprovado no certame o candidato que respondeu corretamente 7 (sete) questões da prova de Raciocínio Lógico, visto que o mencionado número é o que mais se aproxima do percentual mínimo exigido naquela matéria.

Corroborando o entendimento ora adotado, o excerto do STJ com ementa adiante transcrita, vejamos:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AUDITOR FISCAL DO TESOUREIRO NACIONAL. CURSO DE FORMAÇÃO. PROVA OBJETIVA. PERCENTUAL MÍNIMO EXIGIDO NO REGULAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Conforme precedente desta Corte, é ilegal a reprovação de candidato que não obtém percentual mínimo de aprovação previsto no regulamento do certame, em razão do número de questões formuladas. 2. Recurso conhecido e provido (REsp 488004 / PI, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, T6 - SEXTA TURMA, DJ 22/03/2005)

Ante o exposto, voto pelo improvimento do presente recurso, com a manutenção da decisão vergastada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife 04 de 02 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator